

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

ENCONTRO

A Assembleia Legislativa participou na última sexta-feira, 29, do 1º Encontro de Fibromiálgicos de Mato Grosso, reforçando o debate sobre inclusão, reconhecimento e garantia de direitos das pessoas diagnosticadas com fibromialgia. O primeiro secretário da ALMT, deputado Dr. João (MDB), ministrou palestra abordando avanços legislativos.

IDENTIFICAÇÃO

O encontro também marcou a apresentação da Carteira de Identificação para Portadores de Fibromialgia, prevista na Lei nº 12.599/2024, fruto de um projeto de lei de autoria do parlamentar. A Carteira de Identificação deve ser emitida pela Secretaria de Estado de Assistência Social, mediante apresentação de relatório médico e documentação pessoal.

ARTIGO//

Uma população abandonada no meio do mapa entre Mato Grosso e o Pará

Há uma realidade que o mapa oficial insiste em ignorar, mas que a rotina de milhares de brasileiros torna inegável todos os dias. Na divisa entre Mato Grosso e Pará, existe uma população inteira que acorda, trabalha, leva os filhos à escola, busca atendimento médico e enterra seus mortos olhando para Mato Grosso, porque o Pará simplesmente não está presente. A disputa pelos 22 mil km² da região do Salto das Sete Quedas não é um conflito de egos entre governos estaduais. É uma questão humana, urgente e concreta. A área em litígio, equivalente ao território do Estado de Sergipe, abriga comunidades rurais que dependem dos serviços públicos de municípios mato-grossenses, como Alta Floresta e Paranaíta. A explicação é simples e contundente. Para chegar a qualquer cidade paraense, é necessário percorrer mais de 700 quilômetros de estradas precárias, superando barreiras geográficas que transformam a ligação com Belém em mera abstração. Mato Grosso, ao contrário, está a poucos quilômetros.

Essa população busca atendimento hospitalar em Alta Floresta. Matricula os filhos em escolas financiadas por Mato Grosso. Consome no comércio mato-grossense. Paga impostos que, pela lógica do mapa, pertencem ao Pará, mas recebe serviços do Estado vizinho. O cenário revela um absurdo administrativo que produz injustiça em todas as direções, atingindo os moradores, que vivem em uma espécie de limbo jurídico; os municípios mato-grossenses, que assumem custos sem respaldo legal; e o próprio Estado, que não pode construir uma ponte, pavimentar uma estrada ou instalar um posto de saúde nessas áreas sem correr risco de improbidade administrativa. A demarcação de 1922, defendida pelo Pará com tanto rigor, não levou um hospital até lá. Não construiu escolas. Não abriu estradas. A única consequência prática da linha traçada no mapa foi criar uma população juridicamente paraense que, na realidade, acabou abandonada pelo próprio Estado ao qual pertence. Mato Grosso acionou a Justiça em 2004 apontando um erro histórico. Na cartografia oficial daquele ano, se adotou o “Salto das Sete Quedas” como marco, e não a “Cachoeira das Sete Quedas”, situada 140 quilômetros rio acima, conforme previa o acordo original de 1900. Esse desvio suprimiu mais de 2,2 milhões de hectares do

FAÇA BONITO REFORÇA COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM BLITZ EDUCATIVA

Em alusão a campanha nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes foi realizada na última sexta-feira, 29, uma blitz educativa como parte da campanha Faça Bonito. A ação contou com a participação de alunos da Escola Estadual Cívico Militar 13 de Maio e teve como objetivo conscientizar a população sobre a importância da proteção da infância e adolescência.

A psicóloga Lenice de Souza Damasceno destacou que o trabalho de prevenção e conscientização ocorre durante todo o ano, embora o mês de maio concentre as mobilizações da campanha. “Levar para população essa importância, desse cuidado, que não é só nesse dia, mas também todos os dias, que a população precisa dessa conscientização para entender que as nossas crianças, nossos adolescentes, eles estão vulneráveis e eles precisam sim de cuidado”, afirmou.

Ela reforçou ainda que a responsabilidade pela proteção vai além das instituições e profissionais especializados. “E essa proteção não é só na escola ou só com profissionais, é a toda população. Então existe muitos casos de abuso, exploração sexual contra crianças e adolescentes. E fica aí, população, para todos nós, alunos, essa ideia



FOTO: DIVULGAÇÃO

de proteger mesmo os nossos alunos, nossas crianças e nossos adolescentes”, acrescentou.

Para a estudante Nicole Santos Almeida, aluna do 2º ano do Ensino Médio, a participação dos estudantes em ações educativas contribui para ampliar o diálogo dentro e fora da escola. “É bem mais que um evento, é também uma forma de prevenir, de informar os alunos que pode ser um sinal, que não pode ser”.

Casos suspeitos ou confirmados de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes podem ser denunciados por meio do Disque 100 ou diretamente ao Conselho Tutelar. A denúncia é sigilosa e pode ser feita por qualquer cidadão.

VISITA DS

Uma nova turma de alunos do 5º ano do Ipes de Tangará da Serra realizou uma visita ao jornal Diário da Serra, na última sexta, 29. Os estudantes conheceram a estrutura do jornal e o processo de produção das notícias desenvolvidas pelo periódico. A visita foi planejada como uma extensão do conteúdo trabalhado em sala de aula.



território mato-grossense.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu favoravelmente ao Pará em 2020, mas a discussão está longe do fim. Uma nova ação rescisória, apresentada em 2023, questiona os marcos históricos da Comissão Rondon e da Convenção de Petrópolis. A audiência de conciliação marcada para 10 de junho, no Supremo, representa mais um capítulo dessa disputa. A governadora do Pará declarou que não vai ceder “um palmo” do território paraense. A frase produz efeito político, mas ignora o essencial. O que está em jogo não é apenas terra, mas pessoas. Pessoas que o Pará não atende, não alcança e, na prática, não governa. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso não vai recuar. Utilizaremos todos os instrumentos jurídicos e políticos disponíveis para garantir que essa questão seja resolvida com justiça, com base na realidade vivida por essas comunidades, e não apenas na conveniência de quem reivindica um território que jamais conseguiu assistir. O mapa precisa refletir a vida. E a vida, ali, é mato-grossense.

Max Russi, deputado estadual e atual presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

